

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.759.073 - PR (2020/0237804-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE** : NORDESTE TRANSPORTES LTDA  
**ADVOGADOS** : JOÃO PAULO STRAUB - PR022205  
MARIA ALICE SOARES DASSI - PR043363  
JOÃO MARIA DOS SANTOS - PR084141  
**AGRAVADO** : RAFAEL CONTE PRASEL  
**ADVOGADOS** : BRUNA ELISA SOBANSKI FERREIRA - PR059576  
IGOR FAGGION - PR084493  
MAURO JOSÉ VANZ - PR087322  
ÉDINA ZOTTI BENITES DA ROSA - PR057573

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo apresentado por NORDESTE TRANSPORTES LTDA contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL.AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. ATRASO. PERDA DE ÔNIBUS. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. INCONFORMISMO. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE CULPA. INOCORRÊNCIA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA EMPRESA DE TRANSPORTE. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. PEDIDO ALTERNATIVO DE REDUÇÃO DOS DANOS MORAIS. QUANTUM INDENIZATÓRIO ARBITRADO EM MONTANTE QUE ESTÁ DE ACORDO COM O DANO CAUSADO AO AUTOR.  
SENTENÇA MANTIDA E FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS RECURSAIS. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

Quanto à controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do do art. 944 do CC, no que concerne à redução do valor fixado a título de danos morais, trazendo os seguintes argumentos:

Com a devida vênia, não pode concordar com a decisão guerreada, no tocante ao valor arbitrado, uma vez que supera em muito condenações impostas em casos análogos, pelo que, entende que o valor deve ser reduzido substancialmente, acompanhando os princípios da razoabilidade proporcionalidade.  
[...]

Ao fixar o quantum indenizatório, o magistrado deve observar atentamente para o seu caráter, para evitar um enriquecimento sem causa de uma parte e um empobrecimento de outra, bem como ater-se às circunstâncias objetivas e subjetivas que o caso apresente.

[...]

Assim, flagrante a negativa de vigência indireta, ao artigo 944 do Código Civil, que prescreve que "A indenização mede-se pela extensão do dano", uma vez que o valor estabelecido na sentença, de R\$10.000,00 (dez mil reais) não se revela proporcional à conduta praticada pela requerida, bem como à extensão dos danos suportados pelo autor.

Assim, requer seja reduzido valor da condenação, que sugere não seja superior a R\$2.000,00 (dois mil reais), pois em patamar compatível com as circunstâncias do caso vertente, não impondo gravame excessivo à Recorrente ou gerando vantagem desproporcional ao Recorrido. (fls. 339-341).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

O valor da indenização, embora deva ser expressivo, não pode ser desvirtuado de seus reais objetivos, nem transformado em fonte de enriquecimento ilícito.

Assim, levando-se em conta a extensão dos danos causados ao autor, ou seja, toda a frustração de ter se preparado fisicamente e psicologicamente para uma competição e ver-se uma possível chance de ganhar um campeonato ir pelos ares ao perder o transporte que lhe levaria ao destino, bem como observando a culpa e o descaso da empresa de transporte, a condição econômica das partes, considerando os parâmetros jurisprudenciais para casos semelhantes, e que deve ser cumprido o propósito punitivo/pedagógico da indenização, impõe-se a manutenção do montante indenizatório em R\$ 10.000,00 (dez mil reais), quantia essa que deverá ser corrigida monetariamente pela média entre o INPC/IGP-DI, a partir do arbitramento e acrescidos de juros de mora de 1% ao mês, a contar da prolação da sentença, tal como arbitrado na sentença. (fl. 321).

Desse modo, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial"), uma vez que, muito embora possa o STJ atuar na revisão das verbas fixadas a título de danos morais, esta restringe-se aos casos em que arbitrados na origem em valores irrisórios ou excessivos, o que não se verifica no caso concreto.

Nesse sentido: "Somente em hipóteses excepcionais, quando

# *Superior Tribunal de Justiça*

irrisório ou exorbitante o valor da indenização por danos morais arbitrado na origem, a jurisprudência desta Corte permite o afastamento do óbice da Súmula n. 7 do STJ para possibilitar sua revisão. No caso, a quantia arbitrada na origem é razoável, não ensejando a intervenção desta Corte”. (AgInt no AREsp 1.214.839/SC, relator inistro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe 8/3/2019.)

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1.672.112/SP, relatora Ministra Nancy Andrichi, Terceira Turma, DJe de 27/8/2020; AgInt no AREsp 1.533.714/RN, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 28/8/2020; e AgInt no AREsp 1.533.913/RJ, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe de 31/8/2020.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente